

Sobre o nacionalismo

Gustavo H. B. Franco

Como amiúde gostamos de celebrar, o Brasil nunca experimentou furacões e terremotos. E também nunca sofremos bombardeios de potências estrangeiras nas guerras em que estivemos metidos. O máximo que tivemos em matéria de invasões estrangeiras em nosso território foi no terreno das importações dos investimentos diretos, nada que gerasse sofrimento, muito pelo contrário. Nosso nacionalismo, portanto, é moderado e sem ressentimentos. Seus exageros ocasionais jamais se traduziram em manifestações de racismo e ódio, ou em perseguições a minorias religiosas, etnias ou imigrantes. Por isso mesmo temos certa condescendência para com manifestações nacionalistas, bem como um misto de alívio e fascínio mórbido em ver cenas de maremotos no Oceano Pacífico, e de furacões no Golfo do México, bem longe de nós.

Na Europa a postura definitivamente não é a mesma: há cautela, e mesmo temor, quanto aos perigos do nacionalismo. As feridas do passado são imensas, tão grandes que merecem todo o cuidado para que se evitem os erros que levaram às duas guerras mundiais e ao Holocausto. Nessa linha, pode-se argumentar que o processo de integração europeia avançou até o inusitado extremo de se adotar uma moeda única devido ao impulso político de se fechar os espaços para rivalidades nacionais e evitar sua degeneração em um nacionalismo econômico predatório e às barbaridades que daí se seguem. A experiência do Euro é única nesse domínio: pela primeira vez na história da humanidade, diversos países prósperos, no livre exercício de suas vontades nacionais, na plenitude democrática, e na ausência de um processo inflacionário terminal, decidiram abandonar suas moedas nacionais em troca de benefícios econômicos que não se sabia muito bem explicar. Como se justifica tamanho abandono de soberania por parte de algumas das nações mais poderosas deste planeta?

É interessante lembrar que os economistas europeus exibiam sempre um genuíno entusiasmo com os preparativos para a moeda única. As nações deviam arrumar a casa do ponto de vista fiscal e monetário, reduzir o endividamento público, eliminar restrições comerciais e financeiras remanescentes, ou seja, fazer todas as coisas que nós todos sabemos, exceto pelos suspeitos de sempre,

que os países devem fazer em matéria de finanças públicas e políticas macroeconômicas. Mas quando se perguntava especificamente sobre o "day after", ou sobre os benefícios derivados da moeda única (e não dos preparativos para ela), os argumentos eram feitos de puro vento.

Já os líderes do processo, políticos e diplomatas, por sua vez, tinham uma resposta na ponta da língua: a moeda única reduzia o oxigênio para o nacionalismo, o espaço para a hostilidade econômica para com a vizinhança e, portanto, a probabilidade de guerras. Exatamente o mesmo raciocínio dos artífices do Mercosul. Quem especula sobre as possíveis consequências de uma corrida nuclear com os Argentinos, e observa as tensões entre Índia e Paquistão em nossos dias, não pode deixar de apreciar as dimensões geo-políticas do processo de integração econômica.

É curioso, por outro lado, que esses benefícios da integração internacional estejam geralmente ausentes das análises sobre o processo de globalização, que tem nos processos de integração comercial um de seus capítulos mais importantes. Não está incorreto assinalar que a abertura comercial representa uma perda de soberania, embora num sentido rasteiro. Da mesma forma que tratados internacionais levam as nações a se auto-impor limitações, por exemplo, para a fabricação de armas de destruição em massa, e para condutas protecionistas. No Norte, o livre cambismo, a despeito de enfraquecer a soberania, é uma causa progressista ao passo que em alguns rincões da América Latina é tomado como uma postura entreguista e reacionária. Ou pelo menos era, até que o binômio proteção & inflação nos levou a um buraco muito fundo de onde só vamos sair se modificarmos drasticamente nosso relacionamento com o resto do mundo, como de fato temos feito nos últimos anos.